



## **ÍNDICE**

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>2</b>
<b>2.</b>	<b>DO PDM'95: O QUE FOI IDENTIFICADO.....</b>	<b>4</b>
<b>3.</b>	<b>OPÇÕES.....</b>	<b>8</b>
<b>4.</b>	<b>ESTRATÉGIA.....</b>	<b>12</b>
4.1.	CONCEITOS ESTRUTURANTES .....	12
4.2.	OBJECTIVOS GERAIS .....	16
<b>5.</b>	<b>VECTORES DE INTERVENÇÃO .....</b>	<b>19</b>
	<b>Índice de Figuras</b>	
	Figura 4.1 – Estratégia.....	15

### **Anexo – Registo fotográfico do concelho**



## 1. INTRODUÇÃO

Planear sobre um clima de incertezas e crise acentuada obriga a equacionar cenários de grande variabilidade e a encontrar caminhos certos. Uma das chaves para esta equação é a afirmação quase radical dos factores de permanência, a par da definição de grandes margens de flexibilidade para as outras naturezas.

Tendo como objectivo final a definição de um novo Modelo de Desenvolvimento do Concelho, contemplando os objectivos estratégicos e os vectores de intervenção estruturantes para os próximos 10 anos, impõe-se que o enfoque deste plano seja a definição de uma estratégia clara, consensual e sinalizadora de futuro.

Nesta fase, foi definido um Quadro Prévio de Ordenamento, compreendendo a espacialização da estratégia e a representação dos elementos estruturantes do território.

A definição do Quadro Prévio de Ordenamento partiu da **aferição da adequabilidade do modelo de desenvolvimento socio-económico preconizado no PDM'95 em vigor** e dos novos elementos de análise dos diversos sectores atrás apresentados.

Essa aferição e definição do Novo Quadro Prévio de Ordenamento, expressa no presente Volume, está organizada pelos seguintes capítulos:

- No capítulo 2, apresenta-se o que foi elencado no PDM de 95: as Condicionantes ao Desenvolvimento; as Potencialidades; os Factores de vantagem à escala regional; e os Objectivos gerais. É efectuada uma “validação” do proposto em 1995, tentando-se identificar o que falhou, bem como as novas situações que entretanto se criaram, avaliando se os pressupostos de 95 se adequam à realidade actual.
- No capítulo 3, são apresentadas, sob a forma de conceitos, as opções da revisão do PDM, que nos levam às diferentes escalas de abordagem a considerar.
- No capítulo 4, é descrita a estratégia apresentada sob a forma de esquema na Carta 2-Vol-X.
- No capítulo 5, são apresentados sob a forma de tópicos os vectores de intervenção.

Em termos gráficos são apresentadas duas cartas:

- A Carta 1-Vol-X – Elementos Estruturantes do território, que representa de forma selectiva e correlacionada os mesmos elementos identificados nos vários volumes sectoriais produzidos, e que consistem em situações únicas de manifesto interesse configurando a base da definição de uma estratégia para o município.



- A Carta 2-Vol-X – Espacialização da Estratégia, na qual são espacializadas as opções propostas para o município, tendo por base os elementos estruturantes identificados. As orientações estratégicas e programáticas emergem dos instrumentos e documentos de planeamento de escala superior (regional e nacional) assim como do conjunto de estudos sectoriais que integram a presente fase do plano.

O novo Modelo de Desenvolvimento do Concelho apresenta-se necessariamente como uma aproximação estruturada que aponta para um modelo e uma estratégia que carecem de validação quer, em primeira instância, da Autarquia, quer no âmbito da Comissão de Acompanhamento, no sentido de se fixarem e clarificarem as bases de trabalho a desenvolver na próxima fase do Plano.



## **2. DO PDM'95: O QUE FOI IDENTIFICADO**

Tal como mencionado no capítulo introdutório, pretende-se neste capítulo avaliar as principais conclusões do PDM de 95. Entende-se que, independentemente da caracterização e diagnóstico efectuados, é necessário equacionar as propostas do passado de forma a avaliar:

- Se o diagnóstico efectuado em 95 se aplica à actualidade;
- Se foram atingidos os objectivos apresentados;
- Nos objectivos não foram atingidos, quais as razões que para tal contribuíram;
- Quais foram os problemas com a implementação do PDM'95;
- Qual foi o caminho percorrido pelo município desde 1995 até à actualidade.

Desta forma, apresenta-se de seguida as principais questões colocadas no PDM'95.

### **Condicionantes ao Desenvolvimento**

No PDM em vigor, foram identificadas condicionantes de desenvolvimento, agrupadas em 3 tipologias:

A. Factores demográficos e de povoamento (relacionados com o envelhecimento da população e com o despovoamento rural). Neste âmbito foi identificada uma tripla necessidade:

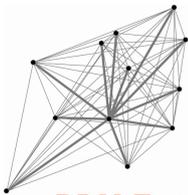
- Travar o declínio demográfico;
- Preservar a posição urbana de Estremoz no contexto regional;
- Assegurar uma boa rede de comunicações intra concelhia.

B. Estrutura socio-económica e transformações na base produtiva (base económica dominada pelas actividades agrícolas e pelas indústrias ligadas à fileira dos mármore, pulverização e reduzidas dimensões dos mercados, domínio do sector agrícola assente na grande propriedade com fracas produtividades e baixos índices de competitividade, reduzido nível de industrialização com base nos recursos locais, sector terciário pouco evoluído). Foram identificados os seguintes aspectos associados à base económica:

- Valorização das potencialidades agro-pecuárias;
- Modernização da indústria extractiva;
- Compatibilização do desenvolvimento da indústria extractiva com a preservação das potencialidades agrícolas e a qualidade ambiental;
- Aproveitamento da posição geográfica de Estremoz.

C. Necessidade de criar alternativas de emprego (elevadas taxas de desemprego e desajustamentos quantitativos e qualitativos entre a oferta e a procura). Neste âmbito foi considerado necessário:

- Absorver o desemprego feminino;
- Criar postos de trabalho de maiores níveis de qualificação;



- Assegurar formação profissional adequada.

### **Potencialidades**

De entre as potencialidades identificadas em 1995 salientam-se as seguintes:

- Agro-pecuária (se aumentada a área irrigada através da construção de duas barragens, afirmação do vinho pela qualidade, floresta de produção articulada com a pecuária, expansão da bovinicultura e da suinicultura);
- Turismo (em associação ao património histórico, sendo que a oferta existente era de fraca qualidade);
- Artesanato (em complementaridade com o turismo e com o comércio);
- Cinegética;
- Tradições comerciais da cidade de Estremoz (comercialização dos produtos agrícolas da sub-região);
- Indústria (como sector que mais poderia contribuir para a criação de postos de trabalho – fileira dos mármore e actividades a montante).

### **Factores de vantagem à escala regional**

Os factores de vantagem à escala regional, apresentados em 1995, foram vários sendo que a maioria deles foram também apontados como pontos fortes no âmbito da revisão do PDM:

- Localização na confluência de duas vias que atravessam o país;
- Disponibilização de terreno industrial infra-estruturado;
- Posição geográfica relativamente aos centros urbanos de Évora e Portalegre e às aglomeração/ões Elvas-Badajoz;
- Dimensão urbana já atingida;
- Ligação ao CEVALOR (Centro Tecnológico para o Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industriais).

### **Objectivos Gerais – ambição**

Os objectivos gerais apresentados em 1995, consubstanciam a ambição desenvolvida para o município naquele ano e para um período de 10 anos. Nesse sentido, em 1995, a ambição associada ao PDM passava por:

- Afirmação do concelho como concelho de forte dimensão urbana;
- Articulação da agricultura produtos tradicionais/grande exploração;
- Desenvolvimento de actividades turísticas articulando o património, a atractividade do espaço rural e as potencialidades cinegéticas;
- Eficácia na disponibilização de equipamentos, infra-estruturas e serviços;
- Valorização das tradições, do património cultural, da preservação dos equilíbrios ecológicos e da qualidade ambiental.



### **Objectivos Operacionais**

Em termos operacionais, pretendia-se em 1995:

- Consolidar a dimensão urbana de Estremoz;
- Optimizar as margens de desenvolvimento das actividades agro-pecuárias;
- Modernizar a indústria extractiva;
- Valorizar a posição geográfica para promover o desenvolvimento industrial;
- Aprofundar as potencialidades turísticas;
- Organizar a valorizar a exploração cinegética;
- Promover o artesanato.

**Do proposto no PDM'95** pode-se afirmar que houve um conjunto de objectivos cuja concretização ficou aquém do esperado, sendo que, por outro lado, houve um conjunto de evoluções positivas em determinados sectores, a saber:

No domínio das potencialidades agro-pecuárias:

- Não foram concretizadas as barragens (Ana Loura – Veiros e Frei Joaquim - Serra de Ossa);
- O Vinho registou forte crescimento, de salientar que das cerca de duas dezenas de adegas localizadas no município, a grande maioria surgiu desde a aprovação do PDM;
- Afirmação da pecuária, como fileira da agro-indústria.

No domínio do Turismo:

- Foram criados novos estabelecimentos hoteleiros mas de dimensões reduzidas.

No domínio comercial, desde sempre presente e de grande importância na cidade de Estremoz:

- Decréscimo do comércio tradicional;
- Manutenção do peso do mercado de rua;
- Aparecimento de uma nova tipologia comercial, associado às grandes superfícies comerciais.

Por fim, no que concerne à Indústria do mármore:

- Não se verificou o crescimento e a especialização perspectivada no PDM de 95, essencialmente face a factores exógenos.

É agora determinante identificar o que falhou no PDM de 1995 na medida em que:

- A população continuou a diminuir e a envelhecer.
- A população apresenta baixos graus de qualificação.
- Assiste-se à degradação do centro histórico.
- São evidentes as carências de infra-estruturas básicas.



**O que de novo aconteceu?**

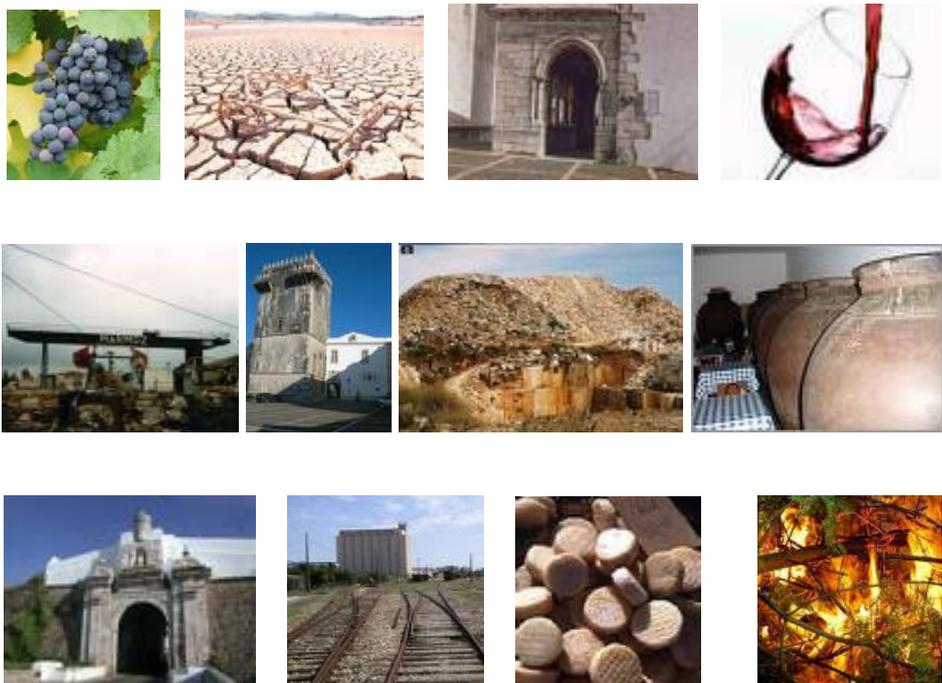
A concretização da A6 e a aprovação do PNPOT que veio reforçar o papel de centralidade de Estremoz.

**Em resumo e da análise da situação actual:**

Tendo em consideração também os factores de análise exógenos (expressos no Vol II – Enquadramento, e transversalmente, em todos os outros volumes sectoriais), conclui-se que na generalidade o modelo preconizado no PDM'95, não sendo hoje globalmente desadequado, apresenta-se todavia desactualizado e incompleto, uma vez que se afirmaram na última década de forma indelével novos paradigmas sociais, económicos e culturais – a começar pela sociedade de informação, passando pela maior sensibilização face às questões ambientais, assim como as escalas de abandono na cidade (do centro para a periferia) e o ritmo de vida urbano.

Face a este contexto de mudança equaciona-se nos capítulos seguintes as opções estruturantes para o ordenamento e desenvolvimento do território, assim como as Estratégias e os Vectores de intervenção principais.

No Volume seguinte, Volume X - Quadro Prévio de Ordenamento apresenta-se a 'tradução' gráfica (espacialização) destas opções.





### **3. OPÇÕES**

Do que foi mencionado no capítulo anterior, é dado relevo ao contexto de mudança que actualmente se vive. Nesse sentido, as opções para o novo PDM resultam dos “Elementos Estruturantes” identificados nos estudos sectoriais e que se encontram representados na Carta 1-Vol-X, alguns deles já presentes aquando da elaboração do PDM de 95, outros que surgiram entretanto.

Esses Elementos Estruturantes foram associados a três opções essenciais:

- Salvar / guardar / proteger / manter;
- Mundo Rural;
- Cidade,

apresentadas de seguida.

#### **A - Salvar / guardar / proteger / manter**



Num crescente mundo de transformações que ameaçam o próprio homem parece urgente conservar aquilo que faz falta hoje e amanhã, e aquilo que se distingue.

Deste universo, o concelho de Estremoz integra um conjunto de valores singulares, quer na sua ‘pureza’ quer na sua capacidade evocativa. Destacamos os Recursos Naturais (como são exemplo a ZPE de Veiros e a vegetação ripícola), a Paisagem (o anticlinal, os pontos de vista notáveis, a serra de Ossa e o Alto de S. Gens, entre outros) e a Cultura Rural.

É este um dos pontos de partida transversais a todo o Plano.



## **B - Mundo Rural**



Apresenta-se por contraponto à sociedade global como o palco ideal de saberes alternativos. Oferece saberes e sabores e alternativas de vida reais.

O concelho rural, sendo determinado pela Cidade, é, em simultâneo, o que assegura o carácter singular da mesma cujo expoente máximo se revela no Rossio enquanto grande palco de terra e montra dos seus produtos.

É este o mundo que se pretende colocar no centro das políticas de ordenamento e desenvolvimento do concelho.

‘As políticas sustentáveis estão já a alcançar recompensas notáveis. Depois deste êxito e com o apoio popular, a sustentabilidade poderia converter-se na filosofia dominante da nossa era, de modo a que as cidades – o habitat da humanidade – podia encadear-se de novo com os ciclos da natureza’ [Richard Rogers].

A sustentabilidade obedece a políticas concretas e objectivas, e a acções que podem ter neste território, na sua prática e na sua cultura, a natureza e o seu fundamento autêntico.

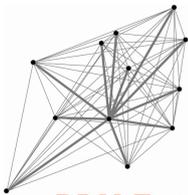
## **C - Cidade**



A grande valia do concelho.

O enfoque conferido à cidade num estudo desta natureza justifica-se pela sua dominância em vários factores determinantes para o concelho, sendo, por isso, muito interdependentes.

Como investir hoje na Cidade – em tudo aquilo que ela representa – como motor e fonte geradora de negócios e de fortalecimento social é um dos maiores desafios deste Plano.



Estes desafios, expressos nos estudos de análise e diagnóstico deste Plano configuram um novo paradigma de Cidade que importa equacionar.

Equacionar a Cidade é não pôr em causa as pré-existências, mas sim a forma, o sistema como funcionam, que se apresenta obsoleto.

‘Com o incremento da complexidade, é necessário mais do que nunca um pensamento simplificador, mas que não seja mutilante’ [Edgar Morin].

Neste contexto importa:

- Pôr em valor aquilo que está profundamente desvalorizado: o parque habitacional ‘histórico’ e a relação-coesão social da Cidade como um todo, os ‘centros’ e as ‘periferias’.
- Considerar o conceito de ‘nó’: a cidade parece provar até à exaustão que o profundo respeito pela identidade dos lugares, a sua salvaguarda, não lhe permite em simultâneo promover as acções vitais de satisfação de carências básicas contemporâneas e a reparação dos diversos sistemas de funcionamento que a projectem para um horizonte de progresso, mudança e protagonismo.
- Equacionar a ‘crise’ do parque habitacional, do tecido social, da economia, da dinâmica cultural, da coesão e intercâmbio – relação centro *versus* periferia, que exigem uma resposta cuidada e visível.

Apresenta-se assim necessário promover acções que representem: unir; densificar, sobrepor, simplificar (unir espaço público), legibilidade, ‘complexizar’ (cruzar funções...) etc.

‘O pensamento complexo é a união entre a simplicidade e a complexidade. Isso implica processos como seleccionar, hierarquizar, separar, reduzir e globalizar. Trata-se de articular o que está dissociado e distinguido e de distinguir o que está indissociado. Mas não é uma união superficial, uma vez que essa relação é ao mesmo tempo antagónica - e complementar’ [E.Morin].

Regista-se assim, à partida, **uma** Cidade dual, com um centro ‘morto’ e uma periferia em movimento.

A cidade é tanto mais atractiva quanto se reconhecer a sua coesão social, económica, urbanística e de paisagem, sendo que para isso é preciso fortalecer e ligar as suas partes.



Só o ‘centro’ e o ‘todo’ podem alterar este estado de coisas.

Entendemos que isto não é uma fatalidade, pelo contrário, os valores culturais intrínsecos de Estremoz podem assegurar-lhe o salto socio-cultural desejado.

Mas para isso é preciso mudar e ‘é a mudança que cria a história’.

A base da formação dos sistemas assenta na existência de um meio complexo onde agentes ‘interdependentes/comunicam’ sendo este o mecanismo que promove a sua sustentação no tempo. Se assim não acontecer, torna ao estado de ‘memória’<sup>1</sup> que consome os recursos do suporte social vigente.

É assim necessário agir de uma forma muito estruturada, eliminando quanto possível as experiências pouco fundamentadas e pouco ‘edificantes’. A margem de erro deverá ser reduzida o mais possível.

Os aspectos socio-económicos da população a que um Plano desta natureza se destina, a caracterização da população e a sua actividade são aqui factores incontornáveis deste estudo.

A crescente população idosa e não activa e um parque habitacional degradado, não significam decididamente a perda do vínculo e da capacidade de ‘utilização’ para o sistema.

É assim necessário contrariar estas tendências de um modo cauteloso mas firme e sobretudo sinalizador e orientador – capacidade que um projecto desta natureza tem e que não pode desprezar.

---

<sup>1</sup> Qualquer agente ‘material’ que perdeu o vínculo e a capacidade de utilização exclusiva para o sistema que o sustenta.



## 4. ESTRATÉGIA

### 4.1. CONCEITOS ESTRUTURANTES

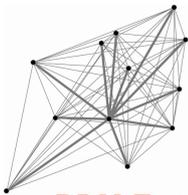
Optou-se por apresentar a estratégia sob a forma de esquema, tal como consta na Carta 2-Vol-X e na Figura 4-1. Como esquema que é, o mesmo não é rígido nem espacializado, apenas pretende transmitir as opções e as diferentes escalas de abordagem presentes.

Procurou-se o mais possível apresentar uma estratégia clarificadora e impulsionadora de uma gestão e monitorização do território total, eficaz e continuada. Assim, propõe-se esquematicamente um sistema centrípeto cujo centro é a Cidade e o extremo o Mundo Rural até ao limite do Concelho. Entre um e outro existe a Cidade Ecológica e a Cidade dos Serviços.

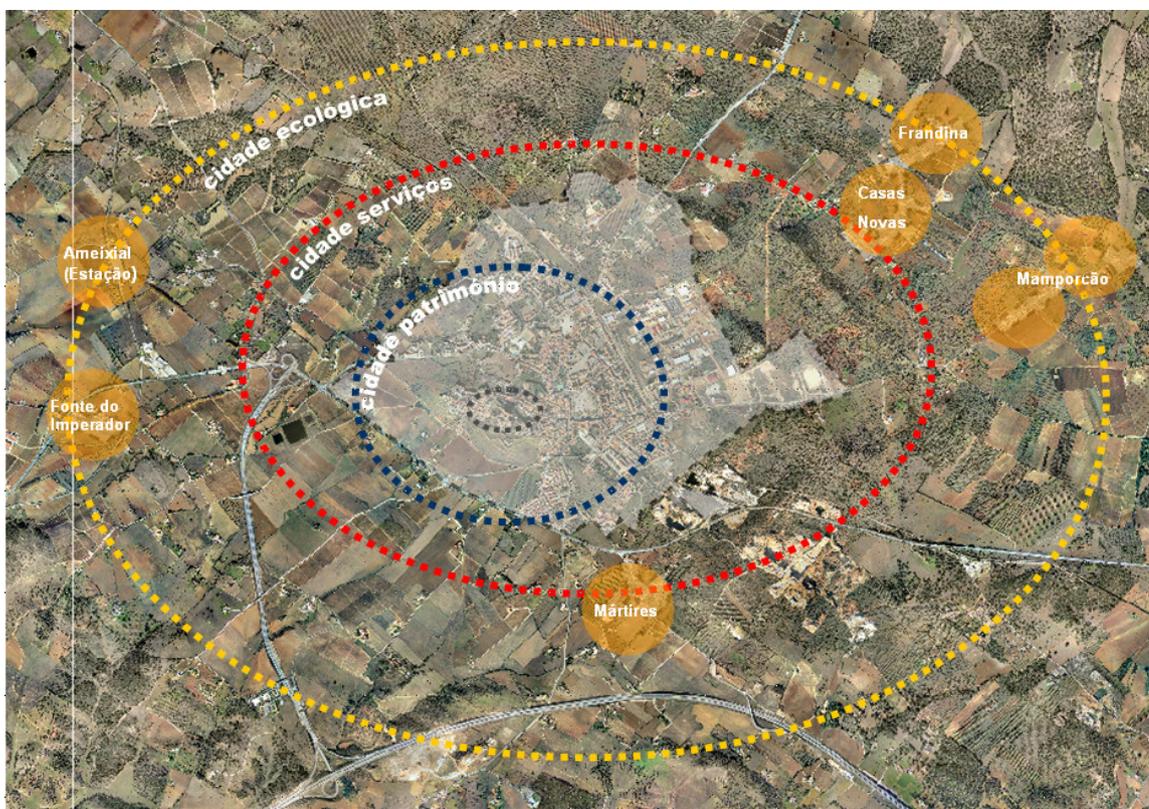
**Mundo Rural** - Compreende o território do concelho (identificado na Carta 2-Vol-X, na qual as várias sedes de freguesia estão representadas por círculos que, embora com diâmetros diferentes, não pretendem definir hierarquias). O mundo rural, apesar de manter fortes relações com a Cidade de Estremoz, possui um conjunto de características singulares e únicas que desempenham um papel fundamental e que deverão ser equacionadas em conjunto, eventualmente através de um plano de gestão: o património, a paisagem, o turismo, a salvaguarda de produtos de reconhecido valor, etc. Preconiza-se para o mundo rural a Valorização do Espaço Rural como interesse comum, integrando:

- Um bom uso do solo;
- A manutenção dos habitats;
- A preservação da Biodiversidade;
- Os recursos naturais;
- A conservação do solo;
- A manutenção da paisagem;
- Suporte de diferentes formas de turismo;
- Território de proximidade (habitado/segurança);
- O combate à desertificação;
- A agricultura;
- Os produtos de qualidade;
- A sobrevivência dos sistemas;
- A salvaguarda dos valores socio-económicos.

A essa integração foi dada a designação de Plano de Gestão do Mundo Rural.

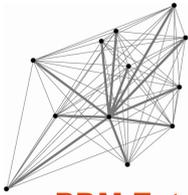


**Cidade Ecológica / Núcleos Periurbanos** – Sem apresentar limites rígidos, esta área corresponde “ao primeiro anel” em torno da cidade (património+serviços), que se perspectiva ser de valorização da paisagem, conciliando unidades produtivas de carácter agrícola com a salvaguarda de recursos. Abrange um conjunto de núcleos urbanos (Frândina/Casas Novas, Mamporcão, Mártires, Maria Dona, Fonte do Imperador e Ameixial (Estação), alguns mais vocacionados para a expansão natural (das funções) da cidade, outros mais vocacionados para uma expansão de mais baixas densidades privilegiando a habitação e salvaguardando o enquadramento paisagístico presente.



Com valor estratégico, paisagístico e patrimonial, esta cintura envolvente à cidade reserva um suficiente distanciamento em relação à Cidade e um compromisso com o campo (nas relações funcionais, vivência e escala) orientando a sua gestão para um aumento da relação funcional com a Cidade e como resposta às solicitações de construções em baixa densidade e à relação de proximidade com o mundo rural.

É esta cintura envolvente à cidade que representa um tempo novo: é determinada pela dimensão ecológica deverá assumir uma resposta eficaz e exemplar quer na gestão dos resíduos (ETAR; UNOR, ...) quer nos recursos naturais; é também a cidade ciclável.



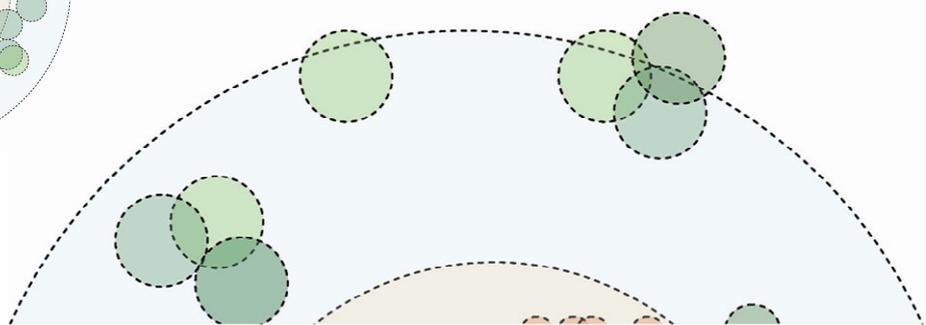
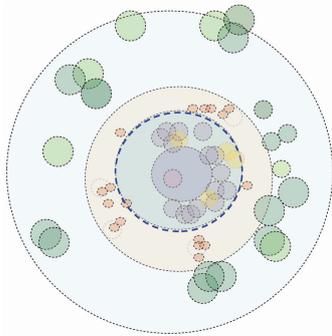
Esta área assegura a procura crescente da “vida no campo” tão deturpada com o fenómeno das “quintinhas”. Procura-se aqui uma equação equilibrada para esta procura.

**Cidade Serviços** – Corresponde à área, teoricamente limitada pela nova circular proposta de ligação ao IP2 assim como ao novo “perímetro urbano”, onde se manifestam um conjunto de usos intensivos em termos de espaço e de território: a actividade industrial, as grandes superfícies, a logística e os grandes equipamentos de carácter desportivo, lúdicos e expositivos.

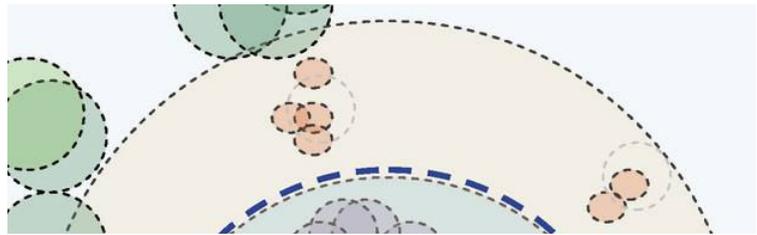
Na zona designada por Cidade Serviços, pretende-se conciliar actividades industriais e ambiente, ecologia e industria, ambiente e negócios. É por natureza o espaço privilegiado de intercâmbio e movimentos pendulares entre a cidade património e o contexto envolvente periférico.

Acresce ainda a exploração do mármore (recurso com qualidades excepcionais que apenas existe nesta região) deverá de novo ser equacionada como factor estratégico de desenvolvimento e prestígio do concelho.

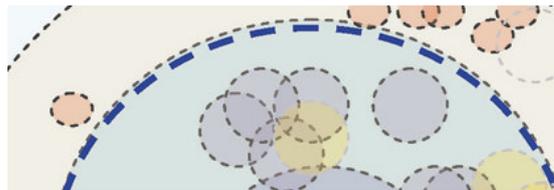
**Cidade Património** - Destaque para a ideia de cidade como património e o seu centro, o *Rocio*: é uma experiência civilizacional única que se mede em hectares, com um valor social, cultural e económico que importa salvaguardar e valorizar



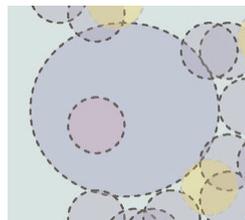
MUNDO RURAL



CIDADE ECOLÓGICA



CIDADE SERVIÇOS



CIDADE PATRIMÓNIO

Figura 4-1 – Estratégia



## **4.2. OBJECTIVOS GERAIS**

Do apresentado nos capítulos anteriores bem como do trabalho desenvolvido até ao momento é possível identificar os seguintes objectivos primordiais:

### **A) Identificar / Reconhecer / Ordenar / Sinalizar**

Uma das componentes mais importantes do plano é assegurar uma informação sobre o território actualizada, no sentido de evidenciar os valores e as orientações estratégicas a longo prazo.

Para tal implica estruturas e competências das entidades que operam sobre o território, em particular da Autarquia, assim como mecanismos de comunicação abertos e interactivos com os diversos públicos alvos e a população em geral.

### **B) Mudança manifesta**

O quadro atrás definido e aqui resumido (em que as opções se associam à Salvaguarda; Mundo Rural; Cidade e a estratégia assenta no Mundo Rural, na Cidade ecológica, na Cidade de serviços e na Cidade património) implica necessariamente uma resposta de mudança visível.

À cidade abandonada, de ocupação ausente, à cidade - 3ª idade, à estigmatização e marginalização, à fractura social e quebra do 'universo' do todo; à desertificação, etc, deve opor-se a mudança, a vanguarda, a criação e a coesão.

### **C) Densificar / diversificar / qualificar**

Este objectivo enquadra dois conceitos:

Re – urbanizar

Re – naturalizar

Que obedecem a um conjunto de pressupostos:

- Procura-se a clareza entre o urbano e o natural, bem como a diversificação e mistura de actividades, também como território de inclusão social.
- Toma-se o sistema ecológico e a paisagem como suporte e orientação na diversificação das formas de urbanização.
- Persegue-se a unidade formal da Cidade que é dada sobretudo pelo traçado extensivo do espaço colectivo (e não pelos perímetros urbanos consequentes de episódios avulsos).
- Considera-se de particular importância e prematura a definição do novo perímetro urbano de Estremoz – face à abrangência das transformações estruturantes



previsíveis (ligação A6/IP2, Circular, etc.) parece assim remeter para um aprofundamento necessário que ultrapassa o âmbito deste Plano, pelo que deverá ser equacionado em sede de desenvolvimento do Plano de Urbanização (ver carta síntese da Estratégia Vol X).

Pretende-se:

- assegurar uma visão do concelho a longo prazo, assim como acções que visem a Intermunicipalidade.
- Reduzir o desemprego e o crescimento económico, criar emprego devido à implementação de novas unidades e novas competências.
- Acompanhar as grandes transformações que ocorrerem na economia nacional e local (cidade, concelho e região).
- Interpretar o nível do mercado de trabalho e das dinâmicas de transformação do tecido empresarial.
- Conferir atenção às actividades da administração pública.
- Considerar a programação e as actividades que já decorrem ciclicamente no concelho.
- Considerar o desenvolvimento da Cidade num quadro de conhecimento apurado, do ponto de vista científico e técnico, da evolução da economia, assim como um posicionamento estratégico integrado em outros estudos e planos de escala superior.

#### **D) EMDT – Estrutura Municipal para o Desenvolvimento do Território**

Considera-se essencial assegurar a existência de uma estrutura municipal vocacionada para o ordenamento do território transversal aos vários serviços internos: cultura, infra-estruturas, economia, gestão urbanística, recursos naturais, transportes, acessibilidades, e externos como por exemplo o PROT e o PNPOT e não exclusivamente um gabinete para a revisão do PDM.

A efectiva implementação do PDM, não depende apenas da existência de peças escritas e de regulamento, é essencial que a Câmara Municipal acompanhe o processo de revisão associado a uma requalificação dos serviços.

A requalificação dos serviços, deverá integrar os seguintes pontos:

- Informação, transversalidade e comunicação.
- Continuidade; monitorização das políticas e do plano.
- Urbanismo de dispositivos.
- Investir nos dispositivos para recolher informação e discutir.
- Como evoluem ou se adaptam os planos num ambiente de incerteza
- Variabilidade, Pluralidade, Deslocalização, Velocidade – Sociedade de informação.



- Capacidade reflexiva – urbanismo reactivo – negociado em sintonia com a sociedade.

### **E) Conhecer e Promover**

Este objectivo geral aponta para um aprofundamento e sistematização do conhecimento e das estruturas museológicas e expositivas do concelho tal como dos seus agentes.

É por isso o enfoque na valorização da ‘terra’ enquanto matéria-prima e experiência civilizacional única, enquanto recurso de “Alimento” dos mercados tradicionais (em particular de Agricultura Biológica tão solicitada) e da cultura popular.

Alargar as redes de negócios: paisagem; turismo; economia local; adegas; vinhas; gastronomia; artesanato é assegurar a transversalidade e rentabilidade desta aposta.

É neste quadro que se salienta também como acção transversal e que extravasa a escala do município, a criação da Casa do Mundo Rural, associada ao conceito de Museu Global.

A “Casa do Mundo Rural” constitui uma estrutura “chapéu”, projecto âncora de grande escala – o território e as pessoas – uma abordagem antropológica, de memória, económica, cultural, transversal e prospectiva – no ‘centro’ da estrutura ecológica urbana. Em intercâmbio com a “Casa de Estremoz” e a “Marca” Estremoz.



## **5. VECTORES DE INTERVENÇÃO**

De seguida, são apresentados os diversos vectores de intervenção subdivididos em:

- Infra-estruturas básicas;
- Mobilidade/motorização Valorização do mundo rural;
- Formação;
- Afirmação da cidade;
- Modernização administrativa;
- Serviços supra-regionais;
- Cultura;
- Valorização do comércio;
- Espaço público;
- Instrumentos de Planeamento e Gestão Territorial.

### **Infra-estruturas básicas**

Este vector, foca essencialmente:

- O abastecimento de água tentando garantir alternativa ao abastecimento actual (exclusivo por via de águas subterrâneas) assim como reduzir as perdas de rede (actualmente na ordem dos 50%).
- O saneamento básico e tratamento das águas residuais identificado como um dos pontos fracos sendo objectivo garantir a existência deste serviço a todo o concelho.

### **Mobilidade/motorização**

No que concerne à mobilidade, três situações deverão ser equacionadas / definidas:

- A ligação A6 - IP2
- A Circular / Variante
- A Ligação à UNOR
- Ecopistas / Ciclovias

A importância destas ligações é extrema, reforçando a centralidade de Estremoz, já actualmente considerada como um Elemento Estruturante.

### **Valorização do mundo rural**

A valorização do mundo rural deve ser equacionada na sua vertente económica e social, distinguindo-se as seguintes áreas específicas:

- Agricultura
- Vinho
- Carne
- Turismo



- Gastronomia
- Percursos
- Paisagem
- Artesanato

### **Formação**

- O pólo tecnológico – ciência viva
- A plataforma de conhecimento, criatividade e negócios

### **Afirmação da cidade**

A necessidade de afirmação da cidade no contexto nacional, regional e municipal, foi já amplamente discutida no presente documento. Destacam-se de seguida os principais vectores em que se considera ser de apostar para a consolidação dessa afirmação.

- Negócios
- Cidade criativa (3T's, Tolerância, Talento e Tecnologia<sup>2</sup>)
- Reconstrução da cidade sobre a cidade
- Habitação
- Comércio
- Serviços
- Montra do concelho / região
- Estrutura ecológica urbana (incluindo o parque peri-urbano)
- Integração da coroa peri-urbana

### **Modernização administrativa**

De novo se salienta a necessidade de a câmara municipal, ao longo do processo de revisão do PDM, proceder à sua própria modernização, modernização essa que passa por:

- Comunicar com os munícipes de forma clara e moderna
- Trabalhar em rede
- Motivar a participação e participar
- Ultrapassar o exercício passivo do licenciamento
- Proactividade

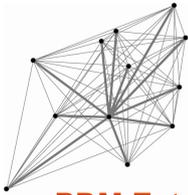
### **Serviços supra-regionais**

A cidade de Estremoz possui, desde já, um carácter supra-municipal que se entende ser de potenciar através da criação de:

- Serviços supra-regionais (cultura, lazer, exposições, eventos, saúde)
- Criação e conhecimento – escolas

---

<sup>2</sup> Richard Florida



**Cultura** – o grande museu aberto

- Cidade / paisagem / artesanato / museus / artesanato / design

**Valorização do comércio**, através de:

- Mediatização
- Modernização
- ‘Casa de Estremoz’
- Marca ‘Estremoz’

**Espaço público**

Necessidade de:

- Afirmar a singularidade
- Potenciar o Valor socio-cultural

**Instrumentos de Planeamento e Gestão Territorial**

São identificados um conjunto de instrumentos de gestão territorial cuja elaboração se preconiza, designadamente:

- Plano de Urbanização de Estremoz [Cidade Património / Cidade Serviços / Cidade Ecológica]
- Plano de Urbanização dos Arcos
- Plano de Urbanização de Evoramonte
- Plano de Pormenor de Veiros

Por outro lado, e de características sectoriais propõe-se o enquadramento da gestão da ZPE de Veiros e do Campo de Batalha do Ameixial nos respectivos planos de gestão sectorial:

- Plano de Gestão da ZPE (zona de protecção especial) de Veiros
- Plano de Gestão da ZEP (zona especial de protecção) do Campo de Batalha do Ameixial

Por fim, e de cariz mais abrangente, propõe-se a elaboração de um Plano de Gestão para o Mundo Rural, que tal como já mencionado pretende equacionar, em conjunto, as várias valências que recaem sobre o território. Este plano, não tendo enquadramento legal deverá ser equacionado pelas várias entidades.